

Ajuste fiscal ganha força contra alta do juro

Mas há resistência ao uso prolongado da medida, porque ela restringe investimentos

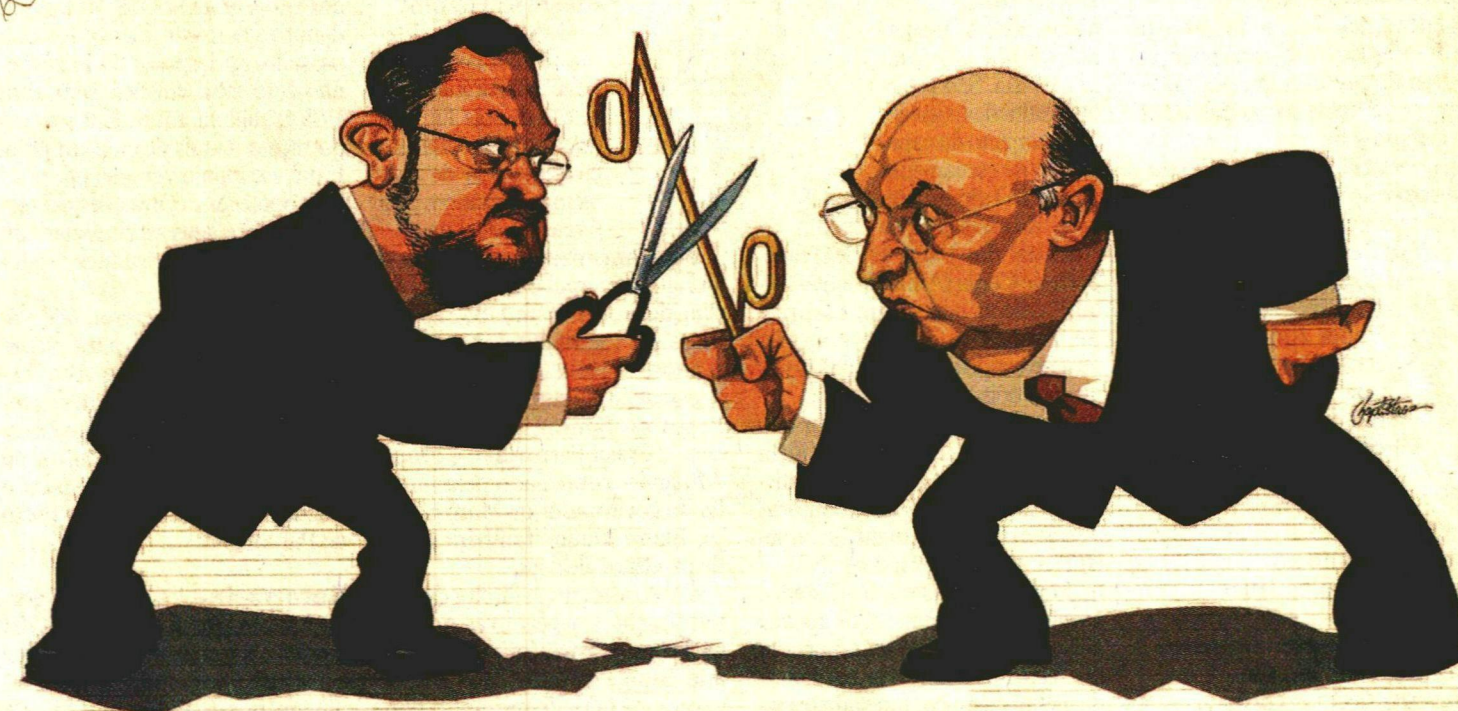
SHEILA D'AMORIM
e SÉRGIO GOBETTI

BRASÍLIA – A proposta de aperto fiscal mais intenso que o previsto, como meio de combate à inflação, deverá, inicialmente, ficar restrita a 2004. O aumento da meta de superávit primário em 2005 põe em lados opostos os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Guido Mantega. A questão chave é saber se a gordura acumulada este ano poderá ser queimada no ano que vem, abrindo espaço para mais investimentos públicos, como vinha pregando o governo.

A idéia de usar a política fiscal para segurar a inflação, como alternativa menos dolorosa à alta de juros ganhou corpo na semana passada. A opção fiscal surge em meio a uma nova onda de protestos contra a elevação da taxa básica de juros, a Selic. “Precisamos de uma política diferente de combate à inflação”, disse, na segunda-feira, o vice-presidente José Alencar.

O excesso de arrecadação no último bimestre, conjugado com a nova estimativa de receita que deve ser anunciada até o fim do mês, aponta para a possibilidade de a União acumular uma folga de pelo menos R\$ 5 bilhões até o fim do ano, o que representa cerca de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso permitiria ao setor público fechar o ano com uma economia de 4,55% do PIB – dinheiro que serviria para pagar juros e reduzir o endividamento.

Se não alterar a meta de superávit até o próximo decreto de programação financeira, que terá de sair ainda em setembro, o governo estará obrigado a desbloquear novas despesas de custeio e investimento. Essa é justamente a preocupação de Palocci, pois o aumento dos gastos públicos num momento em que o Banco Central (BC) alerta para os riscos de aceleração da inflação por causa do aquecimento da economia elevaria ainda



mais a pressão sobre os preços.

Por isso, nas últimas duas semanas, Palocci lançou uma ofensiva para convencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva da necessidade de ampliar o superávit primário. Para o ministro, essa seria uma forma de evitar o aumento mais forte dos juros. Na prática, além disso, o es-

forço fiscal adicional cobriria o impacto do aumento dos juros sobre a dívida pública.

“Os juros não foram exclusivamente os responsáveis pela estabilidade econômica em 2003”, avalia um técnico da área econômica. “Na verdade, o superávit primário contribuiu mais para isso.” Ele confirmou

que essa discussão está amadurecendo no governo e influenciou a decisão da equipe do presidente do BC, Henrique Meirelles, de elevar a Selic apenas 0,25 ponto percentual na semana passada.

No Planejamento, um superávit maior é admitido, desde que restrito a 2004. Isso porque,

até agora, o governo vinha apostando que 2005 seria o ano dos investimentos, tanto privados quanto públicos. A própria negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a contabilização dos investimentos produtivos do governo apontava no sentido de maior flexibilidade na gestão do superávit.

Essa estratégia ficará comprometida se o governo optar por estender o aperto extra para o próximo ano. No caso de 2004, ao contrário, o acúmulo de gordura além do previsto pode até ser conveniente para os planos de Mantega. Seria uma carta na manga para reforçar os argumentos com o FMI em defesa da exclusão de parte dos investimentos do cálculo de superávit a partir de 2005.

Além disso, o governo sabe que a eventual ampliação dos gastos de 2004 nesta altura do campeonato, com o Orçamento já consolidado, não atingiria o objetivo de focar os investimentos na infra-estrutura, fundamentais para a sustentação do crescimento econômico. A maior parte das despesas que seriam desbloqueadas se refere a pequenas obras “paroquiais” previstas nas emendas de parlamentares, com pouco retorno econômico.

Segundo Mantega, o aumento dos investimentos públicos e privados é a melhor forma de enfrentar pressões inflacionárias, já que se dá pelo lado da expansão da oferta, em vez da compressão da demanda. Desta forma, o ministro deve aceitar a ampliação do superávit em 2004, desde que sirva para aumentar os recursos de 2005.

Esse arranjo não tem nada a ver com o chamado superávit anticíclico. Uma política fiscal anticíclica busca atenuar as oscilações da economia, acelerando os investimentos em anos de estagnação e contendo os gastos em anos de expansão. Isso implicaria manutenção de superávits elevados também nos próximos anos, já que as previsões são de sustentação do crescimento econômico até 2006.

Até agora, o governo tem feito exatamente o contrário do que seria uma política anticíclica. Em 2003, quando a economia capengava, essa proposta exigiria mais gastos para estimular a atividade econômica. Mas a necessidade de controlar o endividamento e reconquistar a confiança do mercado obrigou o governo a ampliar o superávit e reduzir os investimentos ao menor nível dos últimos dez anos.